

Outros ativos financeiros	(g)	1.040	(697)	-	1.737
Total do circulante		192.438	(4.280)	(98)	196.816
Não circulante					
Ativo fiscal diferido	(b)	4.575	4.280	-	295
Adiantamento a fornecedores de serviços		6.208	-	-	6.208
Outros ativos financeiros	(a)(h)	131	131	(462)	462
Aplicações financeiras vinculadas	(h)	-	(131)	-	131
Investimentos		5	-	-	5
Imobilizado	(c)	545.218	-	35.991	509.227
Intangível		1.957	-	-	1.957
Diferido		2.063	-	-	2.063
Total do não circulante		560.157	4.280	35.529	520.348
Total do Ativo		752.595	=	35.431	717.164
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		69.295	-	-	69.295
Financiamentos e empréstimos		52.714	-	-	52.714
Partes relacionadas		125.214	-	-	125.214
Passivo fiscal corrente		18.660	-	-	18.660
Adiantamento de clientes	(i)	17.172	-	(98)	17.270
Outras contas a pagar		604	-	-	604
Total do circulante		283.659	-	(98)	283.757
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos		20.194	-	-	20.194
Debêntures		73.000	-	-	73.000
Passivo fiscal diferido	(e)	16.566	-	12.213	4.353
Provisões para contingências	(a)	619	-	(462)	1.081
Partes relacionadas	(f)	27.580	27.575	-	5
Total do não circulante		137.959	27.575	11.752	98.633
Patrimônio líquido					
Capital social		316.323	-	-	316.323
Recursos para futuro aumento de capital	(f)	-	(27.575)	-	27.575
Reserva de capital		3.561	-	-	3.561
Ajuste de avaliação patrimonial	(c)	23.778	-	23.778	-
Reserva de lucros		18.614	-	-	18.614
Prejuízos acumulados		(31.299)	-	-	(31.299)
Total do patrimônio líquido		330.977	(27.575)	23.778	334.774
Total do passivo e patrimônio líquido		752.595	=	35.431	717.164
Receita operacional bruta		494.744	-	-	494.744
Deduções					
Impostos e deduções sobre as vendas	(j)	(109.939)	(50.136)	-	(59.803)
Receita operacional líquida		384.805	-	-	434.941
Custos dos produtos vendidos	(j)	(256.800)	50.136	-	(306.936)
Lucro bruto		128.005	-	-	128.005
Outras (despesas) receitas operacionais		(52.125)	-	-	(52.125)
Lucro antes do resultado financeiro líquido		75.880	-	-	75.880
Resultado financeiro, líquido		7.376	-	-	7.376
Lucro antes dos impostos		83.256	-	-	83.256
Contribuição social corrente e diferida		(1.184)	-	-	(1.184)
Lucro líquido do exercício		82.072	=	=	=

Comentários sobre as reclassificações e ajustes de reconciliação do balanço patrimonial da Sociedade de acordo

com BRGAAP (a) **Outros créditos:** Os depósitos judiciais apresentados anteriormente no ativo não circulante foram reclassificados para o passivo não circulante, reduzindo provisões para contingências. (b) **Ativo fiscal diferido:** Em 2009 o ativo fiscal diferido decorrente de base negativa de contribuição social, no montante de R\$4.280, registrado anteriormente no ativo circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante, em conformidade com o CPC 32 - Impostos diferidos. (c) **Imobilizado:** A Sociedade registrou o custo atribuído (*deemed cost*) dos Terrenos, em conformidade com o ICP 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado, com base em avaliação efetuada por profissionais independentes especializados. Consequentemente, em 1º de janeiro de 2009, houve um acréscimo nos bens do imobilizado, no montante de R\$35.991 tendo como contrapartida a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial (Patrimônio líquido) no montante de R\$23.778, correspondente ao registro do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários, previsto para a desativação do bem no montante de R\$12.213 registrados como Passivo fiscal diferido - Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (Passivo não circulante). (d) **Intangível:** O valor de \$451 corresponde a gastos com software, registrado originariamente no ativo imobilizado, sendo reclassificado no saldo de abertura do balanço de 2009 para o ativo intangível. (e) **Passivo fiscal diferido:** Em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 32, a Sociedade reconheceu a respectiva contribuição social (9%) e impostos de renda (25%) diferidos, no montante de R\$12.213, calculados sobre o valor de R\$35.991, correspondentes ao custo atribuído a Terrenos. (f) **Adiantamento para futuro aumento de capital:** Corresponde a recursos adiantados por acionistas, sem intenção firme e formalizada de capitalização, reclassificado do patrimônio líquido para a conta Partes relacionadas, no passivo não circulante, para fins de adequação ao CPC40 por representar em seu conceito um instrumento de dívida na data do balanço, e não um instrumento patrimonial nos termos da norma. (g) **Caixa e equivalentes de caixa:** reclassificação de aplicações de liquidez imediata, registrados em outros ativos financeiros, no ativo circulante, enquadrados no conceito de caixa e equivalentes de caixa, nos termos do CPC03, reclassificados para fins de melhor apresentação nos termos do CPC23. (h) **Outros ativos financeiros:** reclassificação dos ativos de outros créditos, registrados para a rubrica Outros ativos financeiros, no ativo circulante, para fins de classificação e melhor apresentação nos termos do CPC38. (i) **Contas a receber de clientes:** reclassificação de

transações registradas como Adiantamento de clientes, para fins de melhor apresentação dada sua natureza, nos termos do CPC23. (j) **Impostos sobre faturamento:** corresponde a crédito de imposto sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, anteriormente apresentado na linha de Impostos sobre faturamento, reclassificado para custos dos produtos vendidos, para fins de melhor apresentação dada sua natureza nos termos do CPC 23. **4. Resumo das principais práticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009. **4.1 Reconhecimento de receita** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Sociedade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos fluam em favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **4.2 Conversão de moeda estrangeira** - A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos na demonstração de resultados. **4.3 - Instrumentos financeiros** - i. *Ativos financeiros não derivativos:* A Sociedade reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros, incluindo a recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo por meio do resultado, na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro

são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir: - ii. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. iii. *Investimentos mantidos até o vencimento:* Caso a Sociedade tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. v. *Passivos financeiros não derivativos:* A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. vi. *Capital social a. Ações ordinárias:* Ações ordinárias, quando existentes, são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. b. *Ações preferenciais:* O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Sociedade. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. c. *Dividendos:* Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **4.4 Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Empresa não possui fatores que possam impactar o resultado por ação diluído. Embora a Empresa possua debêntures conversíveis em ação classe “C”, a conversão somente se efetiva integralmente no prazo de um ano a contar da data da publicação, a ser expedido pela DGI-SUDAM, na forma da legislação específica. Por não haver possibilidade legal das debêntures serem convertidas em ação com prazo inferior a um ano do ato que assim as declare, estas não foram apresentadas como efeito diluidor às demonstrações de 2010 e 2009, nos termos do CPC 41, restando que o valor básico por ação é igual ao diluído. **4.5 Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **4.6 Segmento de negócios** - Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Sociedade concluiu que tem somente